

Habitar os montes transmontanos. Do século XX aos dias de hoje.

Ana Luísa Rodrigues, EAUM.

A presente comunicação visa consolidar *um olhar arquitectónico* no âmbito do Projecto de Investigação intitulado: *Contributo para a sustentabilidade turística do Município de Boticas*, dando seguimento ao trabalho que se tem vindo a desenvolver entre a Câmara Municipal de Boticas e a Universidade do Minho. Este projecto tem como objectivo último, diagnosticar as potencialidades turísticas deste município, contribuindo para um desenvolvimento participativo e sustentável do Município de Boticas e dos municípios contíguos.

Em 1962, Orlando Ribeiro escrevia: “*É certo que, nos últimos vinte anos, as técnicas mecânicas penetraram largamente nas cidades e no campo; (...) Afigura-se-me que há duas formas de olhar para as rápidas transformações por que o mundo passa. Muitos vêem sobretudo o que muda, outros procuram surpreender o que, a despeito delas, permanece. O ritmo trepidante da indústria sobrepõe-se ao lento decurso das formas de vida ligadas à terra e, em certos aspectos, quase tão imóveis como ela.(...)*”¹. Cinquenta e quatro anos depois, as transformações que preconizava, ao evidenciar este contraste de ritmos, são flagrantes e também seguramente responsáveis pela respectiva redução de cerca de 1/3 da população residente neste município.

O registo *lento e quase imutável* da vida no campo, não se coadunou com as exigências do ritmo acelerado do suposto “progresso e desenvolvimento” imposto pela *globalização* que vigorou neste período de tempo. É certo que em Portugal, na primeira metade do século XX, a população rural que residia nesta região, encontrava-se ligada à actividade agrícola. A existência, os hábitos, os ritmos de trabalho e de descanso (maioritariamente relacionados com as “festa da aldeia”) eram ditados pelas tarefas agrícolas. As aldeias viviam fechadas nas suas tradições comunitárias. A vida em comunidade estava intimamente ligada aos *lugares*, a uma vida social ritualizada pelas relações de trabalho, parentesco e vizinhança.

Na segunda metade do século XX, tudo mudou. A ideia de uma “*vida melhor*” motivou uma debandada populacional que optou, maioritariamente, pela emigração. Se em 1960 os censos² registavam 14.481 habitantes, em 2011 reduziram-se para uns meros 5.750 habitantes residentes no município de Boticas. De acordo com os resultados definitivos dos Censos de 2011, no relatório elaborado com o título *Onde e como se vive em Portugal* (Junho-2013), a sub-região (NUTS III) de Alto Trás-os-Montes é a que tem a

¹ Orlando Ribeiro, in Prefácio da 2ª edição do seu livro “*Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*”, p.XVI.

Número de habitantes "residentes", ou seja, que tinham a residência oficial neste concelho à data em que os censos se realizaram.

² Número de habitantes "residentes", ou seja, que tinham a residência oficial neste concelho à data em que os censos se realizaram.

maior proporção de população residente com 65 ou mais anos (27,9%), onde cerca de 64% habita só, ou apenas na companhia de outros idosos. Quanto aos edifícios, nesta região, registam-se as maiores proporções de edifícios com 1 ou 2 alojamentos, nas quais se destaca o município de Boticas com proporções acima de 99,5%, detendo a maior proporção de alojamentos ocupados pelos seus proprietários (86%). Ou seja, hoje em dia, trata-se de um vasto território rural que continua à espera de “*dias melhores*”.

Os espaços rurais, apesar de serem, acima de tudo, espaços de reserva de recursos e bens ambientais, hoje são, cada vez mais, lugares de memória e de herança cultural, resultante das vicissitudes da nossa actualidade e tendo em conta as movimentações demográficas consequentes das circunstâncias sócio-político-económicas do país, de acordo com o que foi dito anteriormente.

Neste sentido, utilizaremos como estrutura deste ensaio, a abordagem dual de Orlando Ribeiro, evidenciando dois pontos de vista possíveis, para analisarmos as potencialidades do município de Boticas, tendo em conta um *olhar arquitectónico*:

A mudança.

O Inquérito à Arquitectura Popular, de que resultou a publicação no início dos anos 1960 do livro *Arquitectura Popular em Portugal* (1980 [1961]), talvez tenha sido o primeiro estudo relevante, realizado em torno da arquitectura designada de “popular”, que abrange as designações de: regional, rural, tradicional, vernácula, espontânea. Ou talvez se definia, mais propriamente, como uma arquitectura “sem arquitectos”, onde o “povo” era um autor colectivo e a sua obra resultava de um conhecimento genuíno e espontâneo, transmitido de geração em geração, de acordo com as suas tradições.

Com um olhar muito focado, segundo João Leal, “*o que os arquitectos modernos do Inquérito queriam demonstrar era que moderno e popular podiam coincidir, era que a arquitectura popular era uma arquitectura moderna. Salvaguardadas as devidas distâncias, os arquitectos do Inquérito fizeram com a arquitectura popular portuguesa o que as vanguardas artísticas da primeira metade do século XX tinham feito com a arte primitiva. A arquitectura popular era por eles vista, à semelhança das máscaras e estatuetas africanas de Picasso, não como uma matéria inerte mas como uma fonte de inspiração para a produção moderna, como o mostraram de resto um conjunto de projectos – próximos do chamado regionalismo crítico – que, nos anos 1960, acolheram a inspiração do Inquérito. (...) Assim definido, o olhar dos arquitectos da geração do Inquérito foi um olhar que – a partir desta sua especificidade – ampliou de forma significativa o catálogo de formas da arquitectura popular que já tinham sido previamente estudadas (...)*”³

³ João Leal, *Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do inquérito à arquitectura popular em Portugal* in Joelho #02, REVISTA DE CULTURA ARQUITECTÓNICA, EDARQ, Editorial do Departamento de Arquitectura, ABRIL, 2011, p.71

No entanto, João Leal salienta que neste inquérito ficou “*de fora a arquitectura popular mais vulgar, as casas sem nada a assinalar, ordinárias, iguais umas às outras*”⁴, excluindo deliberadamente as “casas dos emigrantes”. Neste sentido, evidencia “*o desconforto face à hibridez*” das formas que se revelavam um tanto excêntricas, já óbvias nesta compilação. E “*por soluções híbridas entendo aqui soluções que subvertiam ou simplesmente não cabiam na categorização do popular que passámos em revista, inspirada – de forma mais ou menos pronunciada – em oposições como erudito/popular, urbano/rural, colectivo/individual, tradicional/recente, artificial/autêntico, etc.. De facto, o que eram as “malfeitorias” de que falavam os arquitectos modernos do Inquérito? Uma espécie de casas de emigrantes antes de haver casas de emigrantes, onde se misturavam soluções provenientes de universos culturalmente heterogéneos. É também a condenação da hibridez que assoma por detrás das referências negativas contidas no Inquérito às influências citadinas como fonte de perversão da autenticidade rural.*”⁵

No prefácio da 3ª edição deste inquérito promovido pela Associação dos Arquitectos Portugueses, Nuno Teotónio Pereira criticava de forma arrebatadora a situação do Portugal de 1987: «*ventos eufóricos de mudança e de progresso, dominados por uma lógica individualista e desordenada, varreram a terra portuguesa, num afã de apagar as marcas de um passado que era preciso sepultar para sempre. A ignorância e uma noção deturpada dos valores patrimoniais, vigentes na época – ambas cultivadas pelo Salazarismo – deram livre curso à descaracterização e à destruição de um espaço edificado longamente sedimentado no seio de sociedades estáticas e fechadas. Tal como em momentos muito recuados da nossa História – e sem que se tivessem verificado invasões ou guerras – uma nova e agressiva cultura ‘bárbara’ construía o seu espaço físico sobre as ruínas da antiga. Aliás, a coincidência daqueles fenómenos e o seu carácter massivo, agindo repentinamente sobre uma sociedade estagnada, provocaram uma situação de rotura sem paralelo na generalidade dos países europeus.*»⁶ Estas considerações sobre a profunda mutação, que este arquitecto reconhecia há três décadas atrás, são sintomáticas dessa visão extremamente crítica.

Entretanto, a partir da década de noventa, outros estudos, escritos e reflexões (maioritariamente de âmbito académico⁷) permitiram agudizar esta posição. Lentamente foram assimilando-se posições menos acutilantes, assumindo um olhar mais compreensivo, e dando aso à aceitação de um novo vernacular que ia ao encontro de

⁴ João Leal, *Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do inquérito à arquitectura popular em Portugal*, op.cit, p.72.

⁵ João Leal, *Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do inquérito à arquitectura popular em Portugal*, op.cit, pp.73-74.

⁶ Nuno Teotónio Pereira, Prefácio da 3ª edição in *Arquitectura Popular em Portugal*, 3ª edição, Volume 1, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988.

⁷ Veja-se a título de exemplo: *Casas de Sonhos. Emigrantes Construtores no Norte de Portugal* (Roselyn Villanova, Carolina Leite, Isabel Raposo, 1995); *Culturas Híbridas. Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade* (Nestor García Canclini, 1989); “*O Eclipse da Arquitectura sem Arquitectos*”, Pedro Brandão, J-A Antologia 1981-1984, Lisboa, Jornal Arquitectos, 46-51, 2004 (1984); “*Por uma Vanguarda Popular*”, Manuel Graça Dias, J-A. Antologia 1981-1984, Lisboa, Jornal Arquitectos, 64-67, 2004 (1986); *A Rua da Estrada* (Álvaro Domingues, 2009).

“uma arquitectura popular híbrida, de resto tal como a identidade cultural dos próprios emigrantes, eles próprios instavelmente situados entre a terra de origem e a terra de acolhimento, entre a condição camponesa dos seus pais e os seus sonhos de mobilidade social, entre o trabalho no campo e a construção civil na cidade.” Admitindo, então, que era essa hibridez das identidades migrantes que as *casas de emigrante* também reflectiam.

Hoje, reconhece-se que já é assumido, maioritariamente, um novo espírito crítico mais tolerante, aceitando que *“o abandono de formas tradicionais de arquitectura popular, a multiplicação de modelos construtivos directa ou indirectamente influenciados pela casa do emigrante, a generalização de soluções serializadas de inspiração citadina são algumas das expressões dessas mudanças objectivas, que se reflectiram também em processos de reciclagem da casa rural em que o popular – sem aspas – passou a “popular” – com aspas – isto é, se tornou num símbolo nostálgico, com valor sobretudo decorativo, de um ‘disappearing world’. (...)”*⁸

Cinco décadas depois do levantamento do Inquérito, os portugueses vivem indiscutivelmente de outro modo, maioritariamente já não dependentes da dura vida no campo, ainda que agora se encontrem mais agarrados a um desenvolvimento exigente, ofuscado por uma modernidade tecnológica formatada aos moldes da globalização, como já foi dito. Aparentemente muito mudou neste país, mas neste ensaio o que nos interessa perceber é como se habita, hoje, nestes montes transmontanos? O que mudou? Como mudou? Como se caracteriza a arquitectura deste habitar? Como o compreendemos? De que modo é que a sua melhor compreensão pode contribuir para potencializar a capacidade turística deste Município?

Antes de mais, é importante esclarecer que nesta investigação, como não se pretendia focar nos modos e modelos do habitar, i.e. na *casa* propriamente dita, não se recorreu a um inquérito e respectivo levantamento exaustivo de todas as habitações edificadas (antigas e recentes). Neste sentido, remetemo-nos para uma abordagem mais generalizada, tendo em consideração maioritariamente o olhar exterior do edificado construído que se ergueu neste município, relacionando os elementos compositivos da ***paisagem construída***. E por *paisagem construída* entendemos a reinterpretação da paisagem em prol da perfeita conjugação dos dois elementos principais, o terreno e a obra edificada, ambos fruto da mão-humana. Esta compreensão do *lugar* permite a qualificação de um *lugar melhor*, mais adequado à vida humana, em harmonia com a natureza. E é esta leitura que proporciona o olhar interpretativo que aqui nos interessa salientar.

E aqui interessa-nos esta *“paisagem carregada de tons severos, cinzentos, acastanhados. A luz trona-se mais crua, a terra mais dura e a gente mais retraída. Na mole ondulação do terreno, perde-se muitas vezes o sentimento da altitude: montanha*

⁸ João Leal, *Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do inquérito à arquitectura popular em Portugal*, op.cit, p.74.

*ou planura? Predominam as altas plataformas onduladas, cortadas de vales e bacias muito profundas. O arvoredo retrai-se, rareia nos campos, lisos e vastos, interrompidos por estirões de fraga nua. Debalde se espera ver surgir, na prega do solo, o casal disperso: apenas, de longe em longe, uma aldeia de casas apinhadas à roda de campos e tufos de carvalho, negrilhos e castanheiros. A rotina agrária segue a alternância do centeio e do pousio.”*⁹ Assim a descreveu Orlando Ribeiro.

E é nesta paisagem rural que pequenas aldeias se encaixam de forma sábia e antiga, resistindo ao passar dos anos, implantadas nos *lugares* mais propícios ao habitar humano. E é nestas aldeias que alguns transmigrantes continuam a viver: uns ainda ligados à lides do campo; outros procurando o sustento noutras ocupações relacionadas com actividades modernas. Deste modo coabitam em registos diferentes: uns residindo nos seus velhos casarios, desvelando o gastar do tempo; outros já habitam nas suas novas “vivendas”, ostentando modernidade.

E são estas “vivendas” que revelam a mudança. São estas casas “novas” que representam o progresso. Nestas habitações buscam maior conforto, sugestionados por exemplos de arquitectura contemporânea de caris urbano, modernizada, ao gosto dos “dias de hoje”. Estas casas destacam-se das velhas casas de pedra, já esverdeada pelo musgo que entranhou, tal como se destacam das “casas dos emigrantes” erguidas nos anos 80 e 90, acanhadamente pintadas de branco mas denunciando características formais dos respectivos países de inspiração. Contudo, hoje já não é possível identificar um modelo tipificado, característico destes lugares. Muitas são as formas, as tipologias, os modelos de inspiração que proliferam em toda a paisagem. Muitas são as cores e os matérias de que se revestem estas casas. E já nem se pode afirmar que se tratam de *arquitecturas sem arquitectos*. Desde o tom verde-lima berrante, ao cor-de-laranja estridente, não passam despercebidas, mas certo é que – do ponto de vista da habitabilidade e do conforto doméstico – representam realmente o progresso. Por isso são desejadas e legítimas, se tivermos em conta as aspirações dos seus proprietários e residentes. Neste sentido, também fazem parte desta mesma paisagem, logo julgamos que a sua coexistência deve ser assimilada sem causar “ruído”.

O permanente.

A pedra, “empregada desde as casas mais primitivas, construídas com blocos soltos, não aparelhados, sem argamassa e sem caiação, até aos monumentos mais sumptuosos. Habitações, muros de propriedade, socalcos que sustentam as culturas, tudo revela a mesma constante utilização do material que por toda a parte abunda: às vezes, basta retirar de um campo as pedras que prejudicam o manejo dos instrumentos aratórios para com elas erguer muro ou sustentar a terra no declive.” Já em 1941, Orlando Ribeiro

⁹ Orlando Ribeiro, “Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico”, p.150.

exaltava a importância deste material enquanto elemento caracterizador da paisagem transmontana.

De facto, muita da identidade das construções, muito do carácter do habitar transmontano, aquilo que o distingue do resto do país (e até do mundo), se deve ao *“uso desta pedra como material de construção, em muros de suporte ou em resguardos dos campos, no calcetamento dos caminhos rurais, em pontes e aquedutos, no forro dos poços, nos currais e abrigo para o gado, em edifícios destinados a guardar os produtos da colheita ou na habitação humana (...)”*¹⁰.

E é esta “pedra”, destes lugares, que nos interessa salvaguardar e destacar como elemento construtivo de relevância. Nomeadamente dando atenção às suas construções graníticas de cariz popular, onde se destacam determinados elementos que se encontram dispersos, espalhados nesta paisagem construída, tais como: Passadiços (Exp., Passadiço da Casa dos Medeiros, em Vilarinho Seco), Canastros e Eiras, Moinhos e Fornos-do-povo, fontes, fontanários, tanques e lavadouros que se determinam como elementos cruciais da vida em comunidade e que caracterizam esta região, ajudando, desde logo, a contar a sua História.

E Orlando Ribeiro esclarece ainda que *“ao emprego da pedra se deve a persistência das ruínas, que só lentamente se desmoronam, das estradas romanas, que até há um século serviam ao trânsito, das pontes também romanas que não poucas vias ainda atravessavam. O material resistente, de que os séculos não apagam todos os vestígios, é assim, nestas regiões impregnadas de história, uma recordação indelével.”*¹¹

Assim sendo, salienta-se o tema da ruína, a propósito dos vários *povoados* dispersos neste território, como uma mais valia deste Município. Trata-se de um tema hoje muito valorizado pelo seu carácter genuíno, por conservar os “resquícios”, por deixar um “rasto” autêntico que permite testemunhar a história real desta região. Nas ruína permanece o que nos torna nostálgicos. E se o que pretendemos é interpretar uma *“paisagem construída”*, então as emoções que nos assaltam são importantes nesta leitura. Logo, a ruína pode constituir um ponto de partida para uma valorização espacial destes *lugares*, incorporizando a arquitectura de um certo “tempo e espaço”.

E talvez seja esta uma das mais-valias de *Boticas*.

Considerações finais.

Em suma, com esta reflexão, através do nosso olhar arquitectónico, pretendeu-se analisar as potencialidades turísticas do Município de Boticas, sugerindo aqui a introdução do *Turismo de Leitura da Paisagem*, tratando-se de uma especificidade

¹⁰ Orlando Ribeiro, *“Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico”*, p.92.

¹¹ Orlando Ribeiro, *“Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico”*, pp.34-35.

turística que reside no focar das virtuosidades de uma *paisagem construída*, isto é, de uma paisagem identitária.

A identificação de certos povoados dispersos no território, designadamente pequenos aglomerados em espaço rural, que reivindicam determinadas características peculiares dos seus modos e modelos do habitar, concretizam, hoje, a herança de um passado recente. Embora se encontrem maioritariamente em estado avançado de degradação, ou mesmo já em ruínas, enquanto espaços de memória, estas pequenas construções habitacionais salientam-se pelo carácter colectivo da sua agregação, alcançando um valor cultural e arquitectónico relevante.

Neste sentido sugere-se a conservação no seu estado natural (controlando simplesmente a vegetação selvagem que se apodera destas construções), permitindo a coexistência “tal como ela é” dos escassos habitantes que residem nestes povoados. Sugere-se, assim, a identificação de percursos que permitam o acesso a estes “lugares”, sugerindo não só pontos de vista (mais longínquos) que caracterizem a pertinência da respectiva implantação do aglomerado populacional, mas também uma abordagem vivencial de contacto (com os residentes locais), testemunhando, a partir dos espaços comuns, uma existência diária autêntica, igualmente acompanhada de informação didáctica devidamente documentada.

Tendo em consideração todas as acções que já se têm vindo a tomar em relação à conservação do património religioso construído; bem como, tendo a noção da dificuldade que acarretam as operação de restauração e conservação, no que diz respeito à sua qualidade/legitimidade, propõe-se uma hipótese alternativa que vem ao encontro de um novo espírito crítico, que se vem formatando na actualidade, e que dá aso a um turismo mais especializado e crítico que procura a veracidade das *paisagens construída* e a sua respectiva história.

Bibliografia:

Arquitectura Popular em Portugal, 3ª edição, Volume 1, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988.

Joelho #02, Revista de Cultura Arquitectónica, EDARQ, Editorial do Departamento de Arquitectura, Coimbra, 2011.

Leal, João; *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos. Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Portugêses*, Porto: Fundação Marques da Silva. 2009.

Ribeiro, Orlando; *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª edição, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

Villanova, Roselyn; Leite, Carolina; Raposo, Isabel; *Casas de Sonhos. Emigrantes Construtores no Norte de Portugal*, Lisboa: Edições Salamandra, 1995.

García Canclini, Nestor; *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da Modernidade*, São Paulo: EDUSP, 1989.